



Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Sul

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2023

Processo nº 017/2023

Trata-se de impugnação interposta pela empresa A&C EVENTOS E PROMOCOES EIRELI ao Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2023.

OBJETO: Contratação de empresa de prestação de serviços de Organização de Eventos e Correlatos, para o Conselho Regional de Odontologia do Estado do Rio Grande do Sul, que se realizará no dia 19/06/2023, às 9h, através do site de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

PRELIMINARMENTE

A impugnação foi apresentada tempestivamente, observando os termos da Lei nº 14.133/2021 e do item 10 do Edital nº 001/2023.

NO MÉRITO

De forma resumida, a impugnante requer que seja retirada a exigência quanto ao registro e vínculo com responsável técnico com registro no CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA, adequando o termo convocatório aos termos das legislações vigentes, aos princípios basilares da Administração Pública e as recomendações do TCU, ou seja a exclusão do item **15.2** do ANEXO I (DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO) do edital por entender que a exigência desse registro perante os Conselhos Regionais tem como pressuposto a atividade básica da empresa, ou a natureza dos serviços que prestam a terceiros, não tendo o CREA, poderes para exigir a apresentação de documentos de pessoas que não são por eles fiscalizadas (Lei 6.839/80).

CONCLUSÃO

No que concerne aos Certificados de Registro de PJ e Registro de PF solicitados no Edital, a sua exigência se justifica, primeiramente, em razão da complexidade



Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Sul

dos eventos como um todo, bem como em relação a aspectos específicos, sem olvidar principalmente da **segurança** do público estimado, visto que os eventos realizados em locais públicos do litoral do Rio Grande do Sul contam com a participação de inúmeras pessoas, pois se realizam na alta temporada, que serão submetidos a estruturas temporárias montadas pela empresa vencedora do certame, além de instalação de equipamentos, entre eles geradores de energia de alta tensão e fornecimento de serviços técnicos, de alimentação, dentre outros.

Cabe ressaltar que os eventos realizados pelo CRO/RS, principalmente os abertos ao público em geral, exigem além da organização geral, serviços técnicos especializados de montagem de infraestrutura, bem como de som e imagem. Estas estruturas, que contam com caminhão, gerador, etc, construídos no local, justificam e reforçam a exigência da habilitação técnica tanto da empresa, quanto dos profissionais envolvidos. Vez que a mesma além de apresentar o projeto, executarão a montagem das referidas estruturas.

A empresa contratada e os profissionais referidos devem ser habilitadas a assegurar a estabilidade estrutural de palcos, pórticos, estandes, arenas, auditórios e demais estruturas, além de obter o correto dimensionamento e a proteção de circuitos elétricos que alimentam equipamentos, iluminação, sonorização, climatização e instalação de equipamentos eletromecânicos, geradores de energia e demais instalações.

Destaca-se que, exatamente por se tratar de eventos abertos ao público, com autorização dos entes Municipais e realizados por órgão de fiscalização, a exigência contida nos itens de qualificação técnica, impugnada por essa empresa, é fundamental. O CRO-RS tem por obrigação primordial zelar pela integridade e segurança das pessoas. Nesse sentido, a exigência contida no edital objetiva impedir a pulverização de responsabilidades, tão comuns na ocasião de acidentes de toda ordem.

Por outro lado, o Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2023 não viola de forma alguma o princípio da isonomia, como afirma a Impugnante, até porque o item 1.6.8. assim dispõe:



Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Sul

1.6.8 - Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

Dessa feita, o Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2023 possibilitou a participação de isonômica de todos, o que não justifica a exclusão dos itens impugnados.

Ante o exposto, esta pregoeira, assessorada por departamento técnico, jurídico e equipe de apoio julga improcedente a impugnação, mantendo o Edital do Pregão Eletrônico nos termos da sua publicação.

Porto Alegre, 13 de junho de 2023.

Publique-se!

**CRISTIANE CORREA
DA COSTA DE
ALMEIDA:8017199
0072**

Assinado de forma digital
por CRISTIANE CORREA DA
COSTA DE
ALMEIDA:80171990072
Dados: 2023.06.13 11:27:20
-03'00'

Cristiane Corrêa da Costa de Almeida
Pregoeira – CRO/RS